

## **Relatório e Parecer - 1.º trimestre 2025**

### **1. Introdução**

Em cumprimento do estabelecido no n.º 2 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 335/98, de 3 de novembro, alterado pelos Decretos-Leis n.º 334/2001, de 24 de dezembro, n.º 46/2002, de 2 de março, n.º 83/2015, de 21 de maio, n.º 24/2022, de 4 de março, e n.º 55/2022, de 17 de agosto, conjugado com o disposto no artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC) e na alínea i) do n.º 1 do artigo 44.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, na sua redação atual, vem o Conselho Fiscal da APDL – Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo, S.A. (APDL) emitir o seu Relatório sobre a execução orçamental da APDL referente ao 1.º trimestre de 2025, incluindo controlos efetuados e anomalias detetadas.

### **2. Considerações**

O Conselho Fiscal é composto, de acordo com o disposto no artigo 15.º, n.º 2, dos Estatutos da APDL, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 335/98, de 3 de novembro, na sua redação atual, por um presidente, dois vogais efetivos e um suplente. Os membros do Conselho Fiscal da APDL foram eleitos em Assembleia Geral, de 13 de setembro de 2023, para o mandato correspondente ao triénio 2023-2025.

Este documento é emitido com base no Relatório de Gestão do Conselho de Administração relativo ao 1.º trimestre de 2025, aprovado em 16 de setembro de 2025, que inclui o Balanço, a Demonstração de Resultados por Naturezas, a Demonstração de Fluxos de Caixa, o Plano de Investimentos e os Indicadores de Atividade e Qualidade de Serviço, relativos ao mesmo período, bem como o Relatório de Acompanhamento do Revisor Oficial de Contas (ROC), de 8 de agosto de 2025.

O presente Relatório tem ainda em conta os esclarecimentos prestados pelo ROC e pelos Serviços da APDL.

O Plano de Atividades e Orçamento (PAO) 2025-2027 foi submetido em SISEE em setembro de 2024, tendo sido aprovado por Deliberação Social Unânime por Escrito de 7 de abril de 2025. A aprovação do Plano de Investimentos foi limitada apenas a 2025 e, para esse ano, exclusivamente às intervenções com financiamento comunitário assegurado, às intervenções cuja viabilidade económico-financeira e fundamentação social e ambiental sejam previamente demonstradas e devidamente autorizadas, bem como aos investimentos que se revelem urgentes e imprescindíveis para assegurar a proteção de pessoas e bens e/ou a operacionalidade portuária.

As projeções para 2025, ainda que favoráveis, possuem um grau de incerteza associado à atual conjuntura externa instável, provocada por conflitos geopolíticos, designadamente na zona leste da Europa, e consequentes oscilações na movimentação de mercadorias.

No Relatório de Gestão da APDL relativo ao 1.º trimestre de 2025 foi efetuada a aferição da execução da atividade da empresa no período em análise, face ao previsto para 2025 no PAO 2025-2027 e face ao período homólogo de 2024, apresentando-se a devida fundamentação para os principais desvios verificados.

### 3. Cumprimento das Obrigações Legais

#### a) Plano de Redução de Gastos

Da análise do Plano de Redução de Gastos (PRG), cabe referir que, na sequência do Despacho n.º 1244/2019-SET e da Deliberação Social Unânime por Escrito (DUE), de 27 de dezembro de 2019, foi autorizado que a APDL considerasse o **novo indicador** proposto pela empresa para analisar a evolução da sua **Eficiência Operacional**. Este novo indicador utiliza como base o rácio dos gastos operacionais no volume de negócios, desconsiderando dos gastos operacionais alguns fatores de elevado montante que afetam a evolução do rácio, como sejam:

- Gastos de dragagens: atendendo à volatilidade anual dos gastos com dragagens nos portos de Leixões e de Viana do Castelo, a empresa considera a média deste gasto para um período de 6 anos;
- Gastos de exploração das unidades de negócio deficitárias da APDL (PVC e VND), totalmente comparticipados pelo Orçamento do Estado (Capítulo 50º) e por fundos comunitários, de forma a evidenciar apenas os gastos líquidos dessas unidades de negócio, uma vez que as integrações destas unidades de negócio na APDL alteraram a realidade da empresa e tiveram um impacto económico-financeiro negativo;
- Gastos de exploração ocasionais, designadamente os relacionados com os projetos da Melhoria das Acessibilidades Marítimas ao Porto de Leixões e Novo Terminal, bem como os gastos associados à promoção estratégica deste investimento crucial para o Porto de Leixões.

Assim, constata-se que a APDL registou, no final do 1.º trimestre de 2025, um desvio favorável de 10,0 p.p. no **rácio da Eficiência Operacional** face ao previsto para o mesmo período no PAO 2025-2027 e de 0,2 p.p. face ao período homólogo, o que evidencia uma melhoria no peso dos gastos operacionais face aos meios gerados pela atividade.

No que respeita ao conjunto dos **encargos com deslocações e alojamento, ajudas de custo, frota automóvel e consultorias**, a empresa apresentou uma variação de -57,2% face ao previsto para o 1.º trimestre de 2025 no PAO 2025. O desvio face ao previsto é justificado principalmente pelos menores gastos com estudos, pareceres, projetos e consultorias.

Quanto aos **gastos com pessoal (sem órgãos sociais)**, registaram um desvio de -4,6% face ao previsto no orçamento, mas um acréscimo de 11,0% em relação ao período homólogo, justificado principalmente pela atualização remuneratória prevista da Portaria n.º 176/2024/1, publicada a 29 de julho de 2024 e progressões na carreira que se verificaram desde então.

Os **gastos operacionais (somatório das contas SNC 61, 62 e 63)** da APDL aumentaram cerca de 6,39% face aos valores do período homólogo de 2024, embora se tenham situado abaixo do previsto no PAO 2025 (-20,45%).

#### b) Endividamento

A taxa de **variação do endividamento remunerado** foi calculada exclusivamente pela variação dos montantes do Financiamento Remunerado (expurgando o montante de novos investimentos), dado que não se verificaram quaisquer realizações de capital, pelo que foi de -3,75% no período em apreço.

### c) Princípio da Unidade de Tesouraria

No que respeita ao **Princípio da Unidade de Tesouraria**, a APDL solicitou, em 26 de fevereiro de 2024, autorização para dispensa parcial do cumprimento da Unidade de Tesouraria do Estado (UTE) nos anos de 2024 e 2025 e obteve parecer favorável da Agência de Gestão da Tesouraria e a Dívida Pública (IGCP).

No final do mês de março de 2025, os valores depositados junto do IGCP representavam 92,8% do total das disponibilidades totais da APDL.

### d) Prazo Médio de Pagamentos e Pagamentos em Atraso

O Relatório de Gestão do Conselho de Administração explicita o **prazo médio de pagamentos** a fornecedores no 1.º trimestre de 2025, nos termos da Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 14 de fevereiro, com as alterações introduzidas pelo Despacho n.º 9870/2009, de 13 de abril, situando-se nos 31 dias, superior em 1 dia face ao valor orçamentado para 2025.

| euros                               |                   |                  |                       |                   |                      |
|-------------------------------------|-------------------|------------------|-----------------------|-------------------|----------------------|
| Rubrica                             | Real<br>1º T 2024 | Real<br>Ano 2024 | Orçamento<br>Ano 2025 | Real<br>1º T 2025 | R 1ºT25 /<br>R 1ºT24 |
| Prazo Médio de Pagamento (ajustado) | 41                | 33*              | 30                    | 31*               | -24,4%               |

\*A APDL refere que o Complexo de Apoio ao Cais de Gaia, que estava contabilizado na rubrica Propriedades de Investimento, foi reclassificado para a rubrica Ativos Fixos Tangíveis, pelo que o correspondente valor não se refletiu na conta de fornecedores de investimento. Expurgando o efeito desta reclassificação, o Prazo Médio de Pagamento seria de 41 dias no final de 2024 e de 38 dias no 1º trimestre de 2025.

| euros                        |            |             |              |              |            |
|------------------------------|------------|-------------|--------------|--------------|------------|
| Pagamentos em Atraso         | 0-90 dias  | 90-120 dias | 120-240 dias | 240-360 dias | > 360 dias |
| Aquisição de bens e serviços | 488.821,58 | 35,69       | 33,64        | 2.574,08     | 0,00       |

### e) Aplicação das Normas da Contratação Pública

O Conselho de Administração da APDL aprovou um “Guia de Procedimentos de Compra: Aquisição de Bens Móveis e Serviços e Empreitadas de Obras Públicas”, que descreve o fluxo de informação e formas de controlo interno desde o planeamento da contratação até à execução de cada contrato celebrado.

No acumulado até ao 1.º trimestre de 2025 foram lançados, através da plataforma eletrónica (VortalNEXT) e por correio eletrónico, os seguintes procedimentos:

- 5 Concursos Públicos;
- 15 Consultas prévias, todas no âmbito do disposto no artigo 13.º do CCP (Setor dos Transportes - contratação excluída do Código dos Contratos Públicos);
- 18 Ajustes Diretos, todos no âmbito do disposto no artigo 13.º do CCP (Setor dos Transportes - contratação excluída do Código dos Contratos Públicos).

Foram publicitados no portal base 37 procedimentos.

#### 4. Atividade Desenvolvida e Análise de Execução Orçamental

Quanto à **atividade desenvolvida** no 1.º trimestre de 2025, evidenciam-se os seguintes aspetos:

- O sistema portuário APDL, incluindo o Porto de Leixões, o Porto de Viana do Castelo e a Via Navegável do Douro, movimentou um total acumulado de 3.405.788 toneladas, o que representa um desvio face ao orçamentado de -3,5% e uma variação de 0,9% face ao período homólogo de 2024.
- O movimento de navios registado no **Porto de Leixões** ficou abaixo do projetado (-12,1%) e abaixo do registado no 1.º trimestre de 2024 (-7,2%).  
A arqueação bruta registou um ligeiro acréscimo de 0,8% face ao período homólogo do ano anterior, ficando, porém, abaixo dos níveis previstos para o período em análise (-5,4%). O GT médio por navio ficou acima das expectativas (7,7%), registando uma variação positiva de 8,6% face ao nível de atividade registado no 1.º trimestre de 2024.  
Relativamente ao movimento de mercadorias no Porto de Leixões (3.314.634 toneladas), resultou uma variação de +0,5% em relação ao período homólogo do ano de 2023 e de -3,6% face ao valor orçamentado.  
Por tipologia de carga, a carga contentorizada e a carga Ro-Ro excederam o movimento esperado e registado no período homólogo do ano anterior.  
O comércio externo do Porto de Leixões registou um aumento das exportações (+9,9%) e das importações (+0,48%).  
O movimento de contentores registou uma evolução positiva em número e em TEU face ao período homólogo do ano anterior, ainda que inferior à previsão.  
O movimento de passageiros de cruzeiros registado teve uma evolução desfavorável, quer relativamente ao mesmo período do ano de 2024 (-7,5%), quer face às projeções (-19,5%).
- O **Porto de Viana do Castelo**, no que refere a movimento de mercadorias, registou uma variação de +19,1% relativamente ao período homólogo de 2024 e de +1,3% face ao orçamentado. O movimento de navios no Porto de Viana do Castelo teve uma variação de +20% quando comparado com o mesmo período homólogo de 2024 e de +3,8% face ao estimado. A evolução da arqueação bruta registou um acréscimo de 18,2% face ao período homólogo de 2024 e de 8,6% face às expetativas. Quanto ao GT médio por navio, verificou-se um desvio positivo de 4,6% relativamente às projeções e um decréscimo de 1,5% em relação ao mesmo período de 2024.
- Na **Via Navegável do Douro**, o movimento de navios e o tráfego de mercadorias foram nulos. O movimento de passageiros de cruzeiros (entre albufeiras) apresentou um desvio negativo relativamente ao previsto (-41,6%), mas registou um crescimento de 11,2% face ao período homólogo de 2024.
- Quanto ao **Terminal Ferroviário de Mercadorias de Leixões**, a movimentação de comboios de contentores ficou 6% abaixo do esperado e a movimentação de contentores e de TEU superou as projeções em 3% e 5,9%, respetivamente. Face a igual período do ano anterior, registou-se um crescimento de 3,7% em comboios, +9,3% em contentores e +12,1% em TEU.

Quanto aos **Recursos Humanos**, destaca-se o seguinte:

O número de colaboradores da empresa, no final do 1.º trimestre de 2025, era de 295 (incluindo os órgãos sociais), o que representa um decréscimo de 2 trabalhadores face à execução de 2024 e um desvio de 9 trabalhadores abaixo do orçamentado.

- Quanto aos gastos com pessoal, é de assinalar um total de cerca de 5,1 milhões de euros, ficando aquém do planeado para o trimestre, mas representando um acréscimo face ao período homólogo de 2024.
- Regista-se que as demonstrações financeiras intercalares não incorporam atualização atuarial das responsabilidades com benefícios pós-emprego, a qual será efetuada apenas no final do exercício, não sendo, contudo, expectáveis impactos materiais.

No que se refere ao **Investimento**, destaca-se o seguinte:

- O investimento realizado no 1.º semestre de 2025 ascendeu a 3,17 milhões de euros, representando um grau de execução de cerca de 26,1% face ao orçamentado para o trimestre, e 5,6% do previsto para o total do ano.
- No Relatório de Gestão são destacadas algumas intervenções com execução inferior ao estimado, designadamente no Porto de Leixões: Reabilitação de espaços e edifícios; Segurança marítima e portuária; Gestão ambiental; Novo Terminal.

No que diz respeito aos **Resultados da APDL**, salienta-se o seguinte:

- A APDL apresentou, no 1.º trimestre de 2025, um **resultado líquido positivo** de cerca de 3,8 milhões de euros, superior ao previsto em cerca de 107% e ao registado no período homólogo do ano anterior (cerca de 24%).
- O **EBITDA** (ajustado) da APDL ascendeu a 8,1 milhões de euros, representando um aumento face ao mesmo período do ano anterior (9%) e face ao orçamentado (30%).
- O **volume de negócios** da APDL atingiu, neste período, cerca de 17,7 milhões de euros, o que representa um aumento de 8% face ao registado no período homólogo, mas verificando-se uma variação negativa face ao orçamentado (-2%). O Porto de Leixões contribuiu com cerca de 15,17 milhões de euros, o Porto de Viana do Castelo com cerca de 1,18 milhões de euros, a Via Navegável do Douro com cerca de 730 mil euros e a Ferrovia com cerca de 612 mil de euros.

- Quanto aos **gastos operacionais**, a APDL registou no 1.º trimestre o montante de cerca de 9,77 milhões de euros, o que corresponde a um desvio de cerca 6% face ao período homólogo e de -19% face ao orçamentado.

No que respeita ao custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas, fornecimentos e serviços externos e gastos com o pessoal, a APDL apresentou um acréscimo face ao período homólogo do ano anterior (+6,4%; +542 mil euros).

Os gastos com Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas diminuíram cerca de 77 mil euros, representando um decréscimo de 18,1%.

A rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos registou um aumento de cerca de 4% face ao período homólogo de 2024, ficando, contudo, aquém do estimado (-34%).

Os gastos com pessoal registaram um acréscimo de 497 mil euros face ao período homólogo do ano anterior, apesar de terem ficado 248 mil euros aquém do planeado.

- O **capital próprio** cifrou-se em cerca de 443,7 milhões de euros, tendo registado um aumento de cerca de 0,6% face a 2024, mas uma variação negativa (-0,9%) face à previsão. A variação reflete essencialmente: a aplicação do resultado líquido do exercício de 2024 em Resultados transitados; e a imputação do subsídio ao investimento a rendimentos do exercício, na proporção das depreciações/amortizações dos ativos a que respeita.
- O **total do ativo** ascendeu a cerca de 619,66 milhões de euros, representando um desvio de 0,2% face ao período homólogo e um desvio de -1,5% face à previsão.  
No **ativo não corrente** destaca-se uma variação de -2,3% face ao previsto e de -0,6% face a 2024, o que é reflexo da redução dos ativos (tangíveis 2 milhões e intangíveis 1,2 milhões), uma vez que o valor das amortizações não foi acompanhado pelo aumento dos ativos. Tem ainda impacto a redução do valor dos ativos por imposto diferido (421 mil euros).  
No **ativo corrente** salienta-se um desvio de 11,6% face a 2024 e de 10% face à previsão. O ativo corrente cresce 3,4 milhões de euros, provocado pelo aumento dos clientes (2 milhões de euros) e pelo aumento das disponibilidades em 1,7 milhões de euros.
- O total do **passivo** ascendeu a cerca de 175,94 milhões de euros, representando um desvio de -0,7% face ao período homólogo e de -2,8% face ao orçamentado. O passivo não corrente decresceu pela redução do valor dos diferimentos, relativos ao reconhecimento dos rendimentos das concessões, e o passivo corrente também reduziu pela diminuição dos valores a liquidar a fornecedores e ao Estado.
- Relativamente aos principais **indicadores**, salienta-se o seguinte:
  - O volume de negócios apresentou um aumento de 8,29% face ao registado no período homólogo de 2024, apesar de ter ficado 1,88% aquém do valor previsto no orçamento, acompanhado por um aumento do EBITDA ajustado, sendo de salientar a este respeito o aumento dos gastos operacionais (em particular dos gastos com Fornecimentos e Serviços Externos e dos Gastos com o pessoal). Assim, observamos um acréscimo do rácio Margem EBITDA (EBITDA / Volume de Negócios) de 0,71%, explicado pelo aumento mais assinalável do EBITDA por oposição ao crescimento inferior registado no Volume de Negócios.
  - Os resultados líquidos, face a período homólogo, aumentaram de forma relevante (23,54%);
  - O indicador de eficiência operacional apresentou uma ligeira melhoria relativamente ao período homólogo de 2024 (-0,18 p.p.), evidenciando uma melhoria do peso dos gastos operacionais face aos meios gerados pela atividade;
  - O indicador Financiamentos obtidos sobre EBITDA, que tem como propósito medir a capacidade da APDL lidar com sua dívida financeira, registou uma otimização no 1.º trimestre de 2025 comparativamente ao período homólogo do ano anterior, o que se deve essencialmente à diminuição de cerca de 4,5 milhões de euros no cômputo dos financiamentos obtidos;
  - A autonomia financeira fixou-se em 71,61% e a solvabilidade em 2,52, tendo ambos aumentado ligeiramente face ao período homólogo;
  - Os rácios referentes à liquidez (geral, reduzida e imediata) aumentaram face ao período homólogo. O indicador de liquidez geral manteve-se sensivelmente em valores superiores a 1, tendo registado um crescimento assinalável (20%), e o indicador de liquidez imediata também aumentou, evidenciando uma maior disponibilidade para fazer face a dívidas a curto prazo;
  - A rentabilidade das vendas, a rentabilidade do ativo e a rentabilidade do capital próprio aumentaram face ao período homólogo.

## 5. Conclusão

Com base na análise efetuada sobre a Informação de Gestão e Demonstrações Financeiras de março de 2025, elaboradas pela APDL, complementada com o Relatório de Acompanhamento da BDO, Revisor Oficial de Contas, datado de 8 de agosto de 2025, o Conselho Fiscal entende que a mesma reflete a atividade e o desempenho da empresa no 1.º trimestre de 2025.

Em suma, **verificou-se um resultado líquido positivo** de cerca de 3,8 milhões de euros, superior ao previsto em cerca de 107% e ao registado no período homólogo do ano anterior em cerca de 24%.

O volume de negócios da APDL atingiu cerca de 17,7 milhões de euros, o que representa um aumento de 8% face ao registado no período homólogo, mas tendo-se verificado uma variação negativa face ao orçamentado (-2%).

Salienta-se um desvio favorável no rácio da Eficiência Operacional, o que evidencia uma melhoria no peso dos gastos operacionais face aos meios gerados pela atividade

Ao nível financeiro, a APDL apresentava uma autonomia financeira de 71,61% e uma solvabilidade de 2,52, continuando a evidenciar uma boa capacidade para solver os seus compromissos e efetuar uma gestão adequada dos recursos disponíveis.

Em 17 de outubro de 2025.

O Conselho Fiscal,

Presidente

Vogal

Vogal

Ana Alexandra Freitas

Daniel Moreira Lopes

Rita Góis de Carvalho